

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 6 / Dezembro '95 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN: 0872-4733

6

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

GIACOMO BECATTINI / ENZO RULLANI SISTEMA LOCAL E MERCADO GLOBAL

ANTONIO VÁZQUEZ-BARQUERO EVOLUÇÃO RECENTE DA POLÍTICA REGIONAL

ANTÓNIO BRANDÃO / ADELINO FORTUNATO CONCORRÊNCIA MULTIMERCADOS E COMÉRCIO INTERNACIONAL

MARIA CLARA MURTEIRA TEORIA DO CICLO DE VIDA E FINANCIAMENTO DAS REFORMAS

DESMOND McNEILL ECONOMIC APPROACHES TO THE STUDY OF CONSUMPTION

JOSÉ REIS ECONOMIA CONSTITUCIONAL, ESTADO E INSTITUIÇÕES

JOÃO CRAVINHO INFLAÇÃO, ESTABILIDADE CAMBIAL E POLÍTICA MONETÁRIA

DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Notas bibliográficas



José Manuel Moreira (1994)

Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia, Porto, Edições Afrontamento, Coleção Biblioteca das Ciências do Homem/Economia, 117 p.

José Manuel Moreira é licenciado em Economia e em Filosofia. É mestre em Filosofia. É doutor em Filosofia pela Universidad Pontificia Comillas, Madrid, com uma tese a que a Universidade do Porto reconheceu equivalência ao grau de doutor em Economia.

Este singular percurso académico faz de José Manuel Moreira um autor também singular no panorama científico da Economia em Portugal. Tem investigado e publicado nos domínios da história do pensamento económico, da filosofia económica e política, e da ética económica e empresarial. Hayek é o seu autor de eleição.

Com José Manuel Moreira a Economia não abandona nunca o estatuto de disciplina teórica — teoria no sentido mais puro e mais nobre, a cuja luz se torna necessário questionar a vida, a vida toda, nas suas múltiplas dimensões. Reconhece-se mal, por isso, em distinções consagradas, como as que fazemos frequentemente entre a teoria e a prática (“desde o seu início, a escola austríaca teve um pé na Universidade e outro fora, no mundo dos negócios, da política ou no que muitas vezes se costuma chamar, embora um tanto erradamente, no mundo prático”). É assim também com *Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia*, obra cuja leitura temos o prazer de recomendar.

Estão lá todos, dos mais antigos e fundadores (Menger, Bohm-Bawerk, Wieser) aos mais recentes (Kirzner, Streissler), passando por von Mises, Hans Mayer e Hayek. É a história de mais de um século de controvérsia e combate teórico, em todas as frentes: contra o classicismo inglês, contra o historicismo alemão, contra o marxismo, contra a síntese neoclássica de Marshall, contra os keynesianos. Uma história de sucessos e de momentos menos altos.

Não se espere em José Manuel Moreira distância crítica. Gosta de quem gosta. Bate-se pela sua dama. Insiste na diferença e na superioridade dessa diferença. Procura-a, mesmo quando se torna mais difícil de encontrar — como hoje, em que considera necessário continuar a distinguir os austríacos no interior da amálgama neoclássica, em que alguns dos supostos interessados foram os primeiros a deixarem-se enredar. Começa aí a discussão sobre tópicos tão importantes como a oposição entre equilíbrio e processo, o papel do mercado como instância de coordenação, a informação e a falta dela, a incerteza, “o conhecimento [...] a principal (e nem por isso menos desperdiçada) fonte da desejada Riqueza das Nações”. Passa também por aí a discussão sobre o conteúdo e o sentido da liberdade. Em tudo se projectando “uma visão essencialmente não técnica do problema económico”.

Pode acusar-se José Manuel Moreira de tomar partido — não será essa, no entanto, a essência do combate teórico? Do que não podem acusá-lo é de estar menos bem informado sobre a matéria de que se ocupa — *Hayek e a História da Escola Austríaca de Economia* é a demonstração de uma familiaridade que nos pareceu plena com toda a literatura sobre a Escola Austríaca de Economia, dos seus autores e dos seus críticos, da mais antiga à mais recente.

Concluimos com as duas alíneas que Kirzner entendeu acrescentar à lista de seis pontos elaborada por Machlup, quando este intentou identificar as ideias centrais da Escola Austríaca: “os mercados (e a competição) como processos de aprendizagem e descoberta”; e “a decisão individual como um acto de escolha num contexto essencialmente incerto (onde a identificação das alternativas relevantes é parte da própria decisão)”. Podemos não estar inteiramente de acordo em que seja necessário fazer profissão de fé na Escola Austríaca da Economia para nos reconhecermos nestas duas ideias-força. Mas nunca será demais realçar a sua importância, contra os que continuam a procurar inculcar-nos alegadas propriedades de justiça e



eficiência de equilíbrios estáticos supostamente atingidos em regimes de igualdade de oportunidades, resultantes de uma distribuição tão equitativa como generosa da racionalidade e da informação.

Neste ponto, e neste combate, estamos de acordo com os austríacos (com Hayek?) e com José Manuel Moreira. Estamos igualmente de acordo no que se refere à sua modernidade, e à linha de fronteira em que virá a constituir-se.

Daniel Bessa

Baumol, William; Blackman, Sue Anne Batey e Wolff, Edward N. (1991)

Productivity and American Leadership: The Long View, Cambridge, Massachusetts, The MIT Press, 395 p.

Este livro teve por origem o dia em que o Presidente do *Committee for Economic Development* (CED) dos Estados Unidos da América pediu a William Baumol, professor de economia da Universidade de Princeton (decorria então o ano de 1983), que preparasse um estudo sobre a política de produtividade para os EUA.

Por sentir que tinha as qualidades exigidas pelo CED – ser um académico cuja “ignorância” permitiria realizar um estudo que não se limitasse a recapitular as doutrinas estabelecidas – Baumol aceitou o cargo.

Baumol e os seus colaboradores, Blackman (da Universidade de Princeton) e Wolff (da Universidade de Nova Iorque), iniciaram então um longo trabalho que resultou na publicação de um assinalável rol de livros e artigos, juntando-se a autores como Moses Abramovitz, Robert Barro ou Bradford de Long, entre outros, no debate sobre a hipótese da convergência dos níveis de produtividade.

É conveniente recordar que este convite foi formulado a Baumol três anos após a *American Economic Association* e o *Journal of Economic Literature* terem contribuído para o reinício do debate sobre a problemática da convergência dos níveis de produtividade nacionais, ou sobre o problema da diminuição da taxa de crescimento da produtividade dos EUA e o conseqüente declínio relativo desta economia.

Este é um livro muito importante pelo estudo da produtividade dos EUA e dos principais países industrializados, durante um longo período histórico – nos últimos cem anos, pelas conclusões daí retiradas e pela projecção feita para os próximos 30 anos.

Os espectros da diminuição da taxa de crescimento da produtividade, fenómeno “recente”, iniciado nos anos 60; da desindustrialização, associado ao aumento relativo da importância do sector terciário, em termos da quantidade total de emprego e do

PIB; da perda de competitividade das indústrias norte-americanas no mercado mundial, como resultado das taxas de crescimento da produtividade do trabalho que, desde a II Guerra Mundial têm sido quase sempre inferiores às verificadas em países como o Japão, a França, a ex-RFA, a Itália ou a Suécia, são os problemas que têm impulsionado o debate sobre o crescimento económico de longo prazo entre os historiadores económicos.

Os autores começam por analisar a evolução da taxa de crescimento da produtividade (PIB por hora de trabalho) nos últimos cem anos, concluindo que ela diminuiu a partir dos anos 60 (passou de, aproximadamente, 4%, nos anos 50, para 2% em 1979 e 1,3% em 1984). Contudo, esta diminuição deve ser entendida como normal porque foi um regresso à taxa de crescimento média dos últimos cem anos, situada nos 2%, e não uma diminuição para além do seu "valor histórico", e porque o mesmo se passou em virtualmente todos os países. A própria queda verificada nos anos 80, escrevem os autores, pode ser justificada pela evolução do ciclo económico, notando-se indícios de recuperação no final dessa década.

Os receios de uma eventual diminuição da produtividade e da competitividade americana não fazem sentido, posto que não há qualquer prova de uma diminuição permanente da produtividade dos sectores que tradicionalmente registavam as mais altas taxas de crescimento, nomeadamente a indústria transformadora que, pelo contrário, teve no período do pós-guerra as taxas de crescimento mais altas. A diminuição da produtividade ocorreu nos sectores em que ela era inicialmente mais baixa.

Outra questão analisada é a hipótese da convergência internacional dos níveis de produtividade nacionais, que sugere que os países inicialmente mais atrasados, ou com níveis de produtividade menores, acabam por igualar o país mais desenvolvido, ou com nível de produtividade maior, os EUA, e, eventualmente, ultrapassá-lo. Este processo económico só é possível devido à constante transferência de novas tecnologias que permite aos países mais atrasados uma

adaptação quase imediata e a aproximação aos níveis de produtividade do país mais desenvolvido. É, assim, esperado que a taxa de crescimento da produtividade dos países mais atrasados seja normalmente mais elevada que a do país inicialmente mais desenvolvido, ou com a taxa de crescimento de produtividade inicialmente mais elevada, e que, à medida que as diferenças se vão esbatendo, estas forças económicas desapareçam.

Para suportar a hipótese do processo de convergência, os autores argumentam que, ao contrário de Schumpeter, o país que desenvolve as novas tecnologias, e que mais tarde as transfere para o país mais atrasado, é o que tem o papel de subordinado em relação àquele que as imita, pois a longo prazo – a análise está orientada nessa perspectiva – qualquer vantagem que resulte do desenvolvimento de uma nova tecnologia é apenas transitória e tenderá a esvanecer-se (Baumol *et al.*, 1991: 100). Neste sentido, são mais importantes as actividades imitadoras do país que importa a tecnologia do que a inovação tecnológica em si mesma, apenas para o processo de crescimento da produtividade relativa entre países.

A convergência é assim um processo económico inevitável tornando inoperante a aplicação de qualquer política económica com o objectivo de a inverter e justifica os dados estatísticos apresentados pelos autores. Há realmente uma diminuição da taxa de crescimento da produtividade dos EUA, sendo inclusivamente ultrapassada, a partir de 1960, por quase todos os países mais desenvolvidos. Contudo, e contrariando a visão pessimista da convergência, os autores apresentam, uma visão optimista da evolução americana, argumentado que, apesar de tudo, a taxa de crescimento da produtividade foi superior à (estatisticamente) esperada caso se verificasse uma hipotética relação de convergência (Baumol *et al.*, 1991: 103), sem, no entanto, responderem a uma pergunta que a simples constatação dos factos sugere: Se a política económica é inoperante, quais foram as causas desta evolução para além do esperado?

Outra visão optimista é apresentada pelos





autores na análise da evolução dos sectores da indústria e dos serviços na economia americana. A tese da desindustrialização, só seria apoiada se tivesse havido um crescimento relativo do emprego nos serviços estagnados (aqueles em que o aumento da taxa de crescimento da produtividade é muito difícil de conseguir) nos EUA. Mas, esta alteração da estrutura do emprego só é indesejável por aí ser oferecida uma baixa remuneração ou se impedir o crescimento da produtividade no conjunto da economia. Contudo, a haver desindustrialização, ela teria como causa a diminuição da produtividade na indústria a par da perda de competitividade no mercado internacional e a consequente transferência para o sector dos serviços, o que é o contrário do que se verificou na economia americana. A transferência de emprego para os serviços estagnados, resultante da diminuição da produtividade; a subida do preço relativo dos produtos produzidos pelos serviços estagnados; e o aumento da produção dos serviços estagnados, avaliada a preços correntes, na produção total, enquanto a preços constantes se manteve inalterável, reforçam a rejeição da tese da desindustrialização e a aceitação de uma outra tese que justifica estas alterações da estrutura de emprego e produção pelo aumento do custo dos sectores estagnados.

Outro ponto importante do livro assenta nas lições a retirar para os países menos desenvolvidos, que além de ainda não terem conseguido a entrada no clube da convergência, constituído pelos países da OCDE, viram o seu atraso aumentar, pois a produtividade apesar de ter crescido, continua ainda a registar taxas inferiores às dos países mais ricos. Os autores estudaram o papel da educação no processo de convergência e chegaram à conclusão que países com níveis de educação idênticos convergiram entre si em termos de PIB *per capita*, mas não convergiram para os países que, pelos seus níveis educacionais, obtiveram maior crescimento do PIB *per capita*.

No último capítulo, são estabelecidas as políticas económicas para os próximos 30 anos, necessárias para o crescimento da produtividade e do produto *per capita* que permitam aos EUA manter-se à frente no

clube dos mais desenvolvidos, evitando o atraso relativo. Para isso, segundo os autores, será necessário que a taxa de crescimento da produtividade seja 1% mais elevada do que a taxa de crescimento verificada nos últimos cem anos, isto é, 2,27%. As políticas económicas são o investimento, o reforço das políticas de investigação e desenvolvimento, o reforço da capacidade industrial baseada na imitação de tecnologias desenvolvidas noutros países e na procura de políticas que promovam o crescimento da produtividade, base da economia real. Por último, mas não menos importante, a educação.

O livro promove assim uma visão optimista do passado, por a evolução, nos EUA, ter suplantado o esperado, e uma mensagem optimista para o futuro, porque é possível continuarem a ser o país com maior crescimento da produtividade. Parafraseando o autor, cabe aos americanos levar a cabo tal tarefa, que não é de todo impossível.

Luís Peres Lopes